

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.272.278 - AM (2018/0077995-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : FABIO DA COSTA BINDA
AGRAVANTE : JORGE LUIZ DE OLIVEIRA BRITO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial em desfavor de decisão que inadmitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que a sentença proferida pelo magistrado de piso condenou os réus às sanções penais do art. 155 (furto), § 4º, incisos II e IV, do Código Penal, às penas de 2 anos de reclusão, em regime aberto. Promovida a detração, as penas foram substituídas por duas restritivas de liberdade.

O recurso da defesa foi desprovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 208):

PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. ACERVO PROBATÓRIO ROBUSTO. PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL. TERMO DE APREENSÃO, LAUDO PAPILOSCÓPICO, DEPOIMENTO DAS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDENTE. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA DESFAVORÁVEL. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAR A PENA -BASE NO MÍNIMO LEGAL. ATENUANTE DE MENORIDADE RELATIVA E DETRAÇÃO JÁ REALIZADOS PELO JUÍZO SENTENCIANTE. CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DAS EXECUÇÕES PENAIS. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Na petição de recurso especial, a parte recorrente alega que o acórdão recorrido contrariou o disposto nos arts. 59 e 68, ambos do Código Penal, art. 381 do CPP, além do art. 99, § 3º, do Código de Processo Civil c/c art 3.º do CPP.

Afirma a desproporcionalidade na aplicação da pena-base, postulando que sejam revistas as circunstâncias judiciais relativas à culpabilidade, conduta social e aos

motivos do crime.

Requer a isenção das custas processuais, tendo em vista tratar-se de réu hipossuficiente, sob pena de violação ao Art. 99, § 3º, do Código de Processo Civil, c/c Art. 3.º do Código de Processo Penal.

Decisão de inadmissibilidade do recurso especial às fls. 262/265 afirmando que se encontra presente o óbice da Súmula n. 7/STJ.

Agravo em recurso especial às fls. 270/276.

Contraminuta ao agravo em recurso especial às fls. 280/286.

Parecer ministerial proferido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 297):

PENAL. DOSIMETRIA. PRIMEIRA FASE. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE, DOS MOTIVOS DO CRIME E DA CONDUTA SOCIAL. FUNDAMENTAÇÃO PARCIALMENTE INIDÔNEA. ELEMENTOS INERENTES AOS CRIMES. PELO PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

É o relatório. Decido.

Conheço do agravo eis que tempestivo e impugnou o fundamento da decisão recorrida.

Passo à análise do recurso especial.

Não merece provimento a pretensão recursal.

A parte recorrente requer que seja revista a pena-base fixada.

Quanto ao tema, o Tribunal de origem destacou (e-STJ, fl. 212):

02.08. Outrossim, quanto a insurgência do primeiro Apelante Fábio da Costa Bindá para a fixação da pena-base no mínimo legal, imperioso observar que a própria defesa informa "(...) a pena-base deveria ter sido fixada em seu mínimo previsto para furto simples, tendo em vista a existência de apenas uma circunstância desfavorável (...)" (sic, fls. 162). Dessa forma, a existência de qualquer circunstância desfavorável, já enseja a exasperação da pena-base.

02.09. Como bem pontuado pelo Ministério Público'(...) a magistrada seria contraditória se fixasse a pena-base no mínimo, quando, in casu, as circunstâncias judiciais são, em parte, desfavoráveis ao réu. Ainda assim, presentes circunstâncias desfavoráveis, o juiz de 1º grau aplicou a pena base em 2 (dois) anos e 6 (seis), ou seja, um pouco acima

do patamar mínimo, muito aquém da pena máxima cominada em abstrato ao crime de roubo circunstanciado. (...)" (sic, fls. 177/178).

02.10. Portanto, para o crime em análise a pena tipificada é de dois a oito anos, e multa, e, no caso, existindo uma personalidade e conduta social reiterada na prática criminosa como meio de subsistência, nos termos bem fundamentados da sentença, entendo acertada a fixação realizada pelo Juízo a quo nesta primeira fase.

Efetivamente, *"por ter sido concretamente fundamentada a desfavorabilidade das circunstâncias judiciais, com base em particularidades do próprio caso analisado, diversas do tipo penal violado, deve ser mantida a fixação da pena-base acima do mínimo legal."* (AgRg no AREsp 377.808/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 22/09/2017)

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. GESTÃO FRAUDULENTA. SUJEITO ATIVO. CRIME PRÓPRIO. ART. 25 DA LEI 7.492/86. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FIXAÇÃO MOTIVADA E INDIVIDUALIZADA.

(...)

3. Não havendo ilegalidade manifesta na fixação da pena-base e estando concretamente fundamentada e individualizada a decisão, não pode esta Corte Superior proceder à alteração da dosimetria, seja para majorá-la, seja para reduzi-la, sem revolver o acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável na sede do recurso especial, nos termos do que preceitua o enunciado 7 da Súmula desta Corte.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1455581/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016)

Por fim, cumpre ressaltar que *"de acordo com a jurisprudência desta Corte, o momento de se aferir a situação do condenado para eventual suspensão da exigibilidade do pagamento das custas processuais é a fase de execução e, por tal razão, "nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal, mesmo que beneficiário da justiça gratuita, o vencido deverá ser condenado nas custas processuais"* (AgRg no AREsp n. 394.701/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI, SEXTA TURMA, DJe 4/9/2014)" (AgRg no AREsp 206.581/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS,

QUINTA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016)

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea “a”, do Código de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

